

CONHECIMENTOS TRADICIONAIS SOBRE A SALVA DO MARAJÓ (*HYPTIS CRENATA* POHL EX BENTH) NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BAIRRO ALTO

Gustavo Leal dos Santos¹
Nivaldo Aureliano Léo Neto²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender os conhecimentos ecológicos tradicionais relativos à Salva-do-Marajó (*Hyptis crenata Pohl ex Benth*) na comunidade quilombola de Bairro Alto (Arquipélago do Marajó, município de Salvaterra, Pará). O estudo partiu das narrativas de 10 moradores (idades variando entre 59 a 84 anos) analisando como os saberes relativos ao cultivo e uso da planta para fins medicinais. Saberes que são passados de geração em geração de forma oral. Os resultados revelam a importância cultural e espiritual que a Salva-do-Marajó possui para essas pessoas.

Palavra-chave: Salva-do-Marajó. Comunidade Quilombola. Conhecimentos Tradicionais. Território.

TRADITIONAL KNOWLEDGE ABOUT SALVA DO MARAJÓ SAGE (*HYPTIS CRENATA* POHL EX BENTH) IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF BAIRRO ALTO

ABSTRACT

This study aims to understand the traditional ecological knowledge related to the Marajó Sage (*Hyptis crenata Pohl ex Benth*) in the quilombola community of Bairro Alto (Marajó Archipelago, municipality of Salvaterra, Pará). The study was based on the narratives of 10 residents (aged between 59 and 84 years), analyzing how knowledge related to the cultivation and use of the plant for medicinal purposes is passed down orally from generation to generation. The results reveal the cultural and spiritual importance that the Marajó Sage holds for these people

Keyword: Salva-do-Marajó. Quilombola Community. Traditional Knowledge. Territory.

Data da submissão: 16.10.2025

Data de aprovação: 20.11.2025

INTRODUÇÃO

Desde a promulgação da Constituição de 1988, as pesquisas direcionadas às comunidades quilombolas se consolidaram principalmente a partir da busca da garantia às terras tradicionalmente ocupadas (LIMA E STEWARD, 2020).

Sabe-se que os quilombos surgem durante o regime de escravidão no Brasil, constituídos principalmente por pessoas negras provindas do continente Africano. Riveira (2017) salienta que “Quilombo” – Vocábulo de origem banto (kilombo) que significa “acampamento” ou “fortaleza” foi termo usado pelos portugueses para designar as povoações construídas pelos escravizados fugidos do cativeiro. Apesar da associação comum com a fuga, a condição de ser

¹ Doutor em Engenharia de Produção pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Itajubá. Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (2018) da Universidade Federal de Juiz de Fora.

² Doutor em Ciências Biológicas, com Pós-Doutorado em Educação e Contemporaneidade. Professor na Faculdade de Biologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Marajó-Soure. Coordenador do Laboratório de Etnobiologia e Educação Intercultural (LEEI).

quilombola não é algo que deve ser somente contido em um passado, mas de como esses sentimentos vão sendo construídos historicamente por essas comunidades em relação com o seu território tradicionalmente ocupado (ALMEIDA, 2002).

Para Barreto (2011), os quilombos são espaços de "tranquilidade", apesar dos conflitos com fazendeiros e grileiros. É por meio dessas batalhas que os quilombolas buscam ter seus direitos reconhecidos, permitindo que protejam seus territórios das ações prejudiciais que esses grupos costumam realizar em várias comunidades quilombolas.

O artigo 68 do Ato das disposições constitucionais transitórias (ADCT), afirma que os remanescentes de comunidades quilombolas possuem os seus direitos reconhecidos e outorgados na Constituição Federal de 1988, sendo a partir disso que podem lutar pelos seus direitos como cidadãos (BRASIL, 2015). Gonçalves (2019) afirma que no Brasil o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, refere-se ao termo populações tradicionais como povos ou comunidades tradicionais, os quais são definidos pelo Artigo 3 como:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

A luta por esses territórios é, portanto, uma questão de sobrevivência cultural e ambiental, refletindo a necessidade de defender os direitos das comunidades quilombolas frente às pressões econômicas e ao avanço da monocultura. Bezerra (2020) afirma que os ambientes tradicionais são formados à medida que se tenha um esforço coletivo das pessoas cooperando com a natureza e com as próximas gerações que virão, que por sua vez dependerão da conservação desses ambientes para o desenvolvimento de suas culturas.

A proteção dos territórios tradicionais garante os direitos das comunidades que ocupam tais locais há muitos anos, preservando e conservando os ecossistemas valiosos que se encontram dentro desses territórios. A delimitação dentro da legalidade dessas áreas permite que práticas culturais e produtivas sustentáveis continuem sendo desenvolvidas, contribuindo diretamente para a preservação da biodiversidade. Tais territórios desempenham o papel de barreiras naturais contra ações antrópicas mantendo vivo os conhecimentos ancestrais e fortalecendo as identidades culturais dos povos que habitam essas terras.

O território é definido e delimitado por relações de poder, no entanto, não é somente o Estado que exerce, mas sim qualquer grupo que tenha condições efetivas para isso, tais como os povos da floresta amazônica, através da diversidade de territorialidades relacionada às regras coletivas de cada grupo. Além disso, as estratégias de adaptação aos diversos ecossistemas amazônicos nos quais aqueles povos vivem, por meio de um amplo conhecimento da dinâmica da natureza, resultando na agregação dos aspectos políticos, culturais e econômicos para a construção de sua territorialidade (GUEDES; SALGADO, 2020, p.347).

O conhecimento tradicional é um corpo vivo de conhecimento que é desenvolvido, sustentado e transmitido de geração em geração dentro de uma comunidade (BURTET, *et al.*, 2022). Temas frequentemente abordados incluem identidade étnica, territorialidade, memória social e o surgimento de movimentos políticos que reivindicam os direitos sobre terras tradicionalmente habitadas (LIMA; STEWARD, 2020).

Os conhecimentos referentes às plantas medicinais vêm sendo transmitidos oralmente desde os antepassados até os seus descendentes. A história das plantas medicinais relaciona-se com as sociedades humanas desde os primórdios da existência humana. Devido às relações assimétricas de poder, os saberes relacionados às tradições orais passaram por processos de

colonização e de silenciamento que fizeram com que alguns desses conhecimentos tenham se perdido ao longo do tempo (OLIVEIRA, 2022).

Tais conhecimentos influenciam diretamente na identidade cultural e espiritual de um determinado povo. Os saberes tradicionais podem se relacionar às diferentes áreas do conhecimento e estão presentes em diversos cenários, como na agricultura, na ciência, na técnica, na ecologia e na medicina, além de estarem ligados diretamente à biodiversidade (BURTET, *et al.*, 2022).

Muitos estudos que acontecem dentro de comunidades quilombolas sobre conhecimentos tradicionais têm forte colaboração da Antropologia, por ser uma área que busca compreender as relações entre grupos de seres humanos e seus ambientes, tentando compreender como as práticas e conhecimentos locais influenciam na interação dos seres humanos com a natureza. Nesse contexto, a Etnobiologia aparece como um campo interdisciplinar que dialoga com a Antropologia ao investigar como os conhecimentos locais orientam a interação entre as comunidades e o ambiente. Assim, ao articular saberes biológicos, ecológicos e antropológicos, a Etnobiologia contribui para compreender de forma mais ampla as práticas tradicionais.

Para Eloy *et al.* (2014, p. 3), o conhecimento tradicional é algo que não deve ser menosprezado ou desvalorizado, pois tal conhecimento pode ser considerado como a base do saber, principalmente por ter surgido antes mesmo de a ciência ocidental existir. Assim, é comum que a utilização dos conhecimentos tradicionais sejam pontos de partida para estudos, diante da importância destes ensinamentos.

O conhecimento sobre as plantas medicinais em comunidades tradicionais é parte integrante da cultura dessas comunidades, sendo uma herança repassada ao longo das gerações. Existem aspectos sobre a importância das plantas medicinais, tais como a importância de ser um patrimônio cultural, conservação da biodiversidade, integração com práticas espirituais e culturais. Essas plantas medicinais são de suma importância para muitas comunidades que possuem um acesso limitado a serviços de saúde.

A espécie *Hyptis crenata* Pohl ex Benth, descrita por Corrêa (1984), é uma planta aromática e medicinal, pertencente à família das Lamiaceae herbácea, o gênero *Hyptis* inclui cerca de 400 espécies. Com folhas pecioladas, crenadas e pubescentes, florais dispostas em capítulos pedunculados. Conhecida popularmente como Salva-do-Marajó, hortelã-brava, Malva-do-Marajó e hortelã-do-campo (POSSEL, 2019; NEVES, *et al.* 2014). Sendo nativa da Bolívia e do Brasil, no território brasileiro a mesma encontra-se distribuída no estuário do rio Amazonas, arquipélago do Marajó no Estado do Pará, Amapá e Minas Gerais. É encontrada também no Pantanal.

A partir do exposto, este trabalho tem como objetivos registrar e compreender os conhecimentos ecológicos tradicionais relativos à Salva-do-Marajó existentes na comunidade quilombola de Bairro Alto, considerando a importância das comunidades tradicionais para a sociedade em geral e seus conhecimentos fundamentais, que podem levar a práticas mais sustentáveis, respeitando o meio ambiente e a biodiversidade, além de contribuir para a defesa dos direitos das comunidades, incluindo o acesso à terra.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido na comunidade quilombola de Bairro Alto, uma das 19 comunidades quilombolas atualmente existentes no município de Salvaterra (Pará), por sua vez situada no Arquipélago do Marajó (LIMA; STEWARD, 2020). A comunidade de Bairro Alto conta com a Associação de Remanescentes de Quilombos de Bairro Alto (ARQBA) que foi criada no ano de 2003 e nos limites territoriais estão agregadas 8 localidades distintas.

Lima (2019) afirma que o Marajó pertence à microrregião do Arari do Pará, formada pela confluência de duas grandes bacias: a do rio Amazonas e a do Tocantins-Araguaia, terminando por desaguar no Oceano Atlântico. Essas junções de águas formam as várias regiões de ilhas, nas quais encontram-se diversos ecossistemas—campos inundáveis, igapó, savana e florestas de várzea que sustentam uma biodiversidade imensa (LIMA; STEWARD, 2020).

A comunidade quilombola de Bairro Alto é um verdadeiro tesouro de saberes e tradições que refletem a resiliência e a riqueza cultural de seus habitantes. Como primeiro autor e membro pertencente à comunidade quilombola de Valentim que é agregada a Associação de Remanescentes de Quilombos de Bairro Alto (ARQBA), reconheço a importância de preservar e valorizar esses conhecimentos que muitas vezes são menosprezados por uma parte da sociedade. Através deste trabalho, busco não apenas documentar práticas, histórias e saberes, mas também estimular um diálogo entre a minha geração e a geração dos mais antigos da comunidade, garantindo que as experiências e ensinamentos dos mais velhos não se percam com o tempo.

É notório que os quilombolas possuem um laço afetivo único com a terra e com as plantas, podendo ensinar muito sobre seus modos de vida e como lidam com meio ambiente, respeitando e preservando. Além disso, a valorização das culturas quilombolas são necessárias para que se possa ter mais igualdade e respeito à diversidade.

Para chegar ao Bairro Alto, pode-se usar a via terrestre, por meio da PA 154 e pela estrada popularmente conhecida como “Clarindo”, com distância de cerca de 12 km da cidade sede. As estradas não são asfaltadas e no período de chuva alguns trechos alagadiços dificultam a passagem das bicicletas, motos e demais veículos. Outro meio é pelo Rio Paracauari, através de pequenas embarcações conhecidas popularmente como “rabetas”, usadas geralmente pelos moradores da Vila de Valentim e Bom Jardim, pois ficam localizadas mais próximas do rio citado. O desembarque geralmente acontece em áreas da Embrapa ou em propriedades privadas.

A metodologia utilizada nesta pesquisa teve abordagem qualitativa, através da análise de entrevistas narrativas. A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada e as fontes pesquisadas (PORTELA, *et al*, 2001). Foram entrevistadas 10 pessoas e vale ressaltar que os nomes não irão aparecer no final dos trechos, sendo os mesmos identificados por códigos (E1, E2, E3, ..., E10), significando “Entrevistado1, Entrevistado2, Entrevistado3, até o Entrevistado10. De início aconteceu uma conversa com representantes da Associação de Moradores, a fim que nessa instância de organização social e política fosse possível obter informações sobre a comunidade, permitindo a compreensão de um histórico de sua formação e organização.

Neste estudo foram realizadas entrevistas com 9 mulheres e 1 homem mais idosos da comunidade, com idades variando entre 59 e 84 anos. A escolha dessa faixa etária visa captar a riqueza dos saberes e experiências acumuladas ao longo do tempo sobre suas vivências e seus conhecimentos referentes à espécie em estudo. Quando os entrevistados autorizaram, as gravações de suas falas eram realizadas com a ajuda de um celular.

Ao terminar a entrevista com uma determinada pessoa, era solicitada a indicação de uma próxima pessoa da comunidade para ser entrevistada na sequência. Nas casas em que, por ventura, morassem dois idosos, seria pedido para entrevistar os dois ao mesmo tempo, porém isso não aconteceu, pois sempre se encontrava só uma pessoa em casa. As gravações das entrevistas recolhidas contendo as falas foram transcritas com a ajuda do software Transkriptor (versão 2024), auxiliando na conversão das falas gravadas em texto, acelerando o processo de transcrição e garantindo maior precisão nos dados extraídos. Vale salientar que depois de transcrever as gravações e com as falas já inseridas em um documento no Word, foram comparadas com os roteiros de campo usados nas entrevistas com o intuito de não haver perdas de falas.

Posteriormente, os dados foram analisados seguindo algumas etapas: unitarização, categorização, descrição e interpretação, para assim organizar os resultados da pesquisa. Na unitarização, foi possível tornar os dados mais acessíveis e organizados, para que elementos relevantes pudessem ser trabalhados nas etapas subsequentes. As unidades de análises se deram através dos trechos dos relatos. Na categorização, os dados foram agrupados em categorias que compartilham características comuns, a fim de organizar o material de forma estruturada, facilitando a identificação de padrões relevantes. A descrição ajudou no que se refere à apresentação mais detalhada dos dados categorizados, em que foram expostos os achados da pesquisa. Na interpretação, aconteceu a análise dos significados das categorias e dos dados coletados, com informações científicas disponíveis na literatura científica.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

As entrevistas foram realizadas em julho de 2024, na comunidade quilombola Bairro Alto, totalizando 10 participantes, 9 mulheres idosas e apenas 1 homem, já que elas permanecem mais em casa. As idosas desempenham papel fundamental na preservação da cultura e dos saberes tradicionais, atuando como lideranças e guardiãs das práticas ancestrais. Valorizar essas mulheres, consideradas verdadeiros “museus vivos”, é reconhecer a base cultural e histórica que sustenta a resistência quilombola, como destacam Guedes e Salgado (2020).

Existe um protagonismo territorial das mulheres negras desse quilombo, pois há uma diversidade de atividades desempenhadas por elas que visam a manutenção do território quilombola, bem como o bem-estar do grupo. Assim, é possível destacar atividades reproduzidas por essas mulheres, tais como: parteiras, curandeiras, benzedeiros, composição de músicas, artesanato, dentre outras (GUEDES e SALGADO, 2020. p. 350).

Para Cardoso et al. (2020), a *Hyptis crenata Pohl ex Benth*, (Salva-do-Marajó) é uma planta aromática e medicinal que cresce espontaneamente em solo arenoso próximo a riachos na Ilha do Marajó. A mesma possui grande importância para a medicina tradicional por ser usada no tratamento de doenças e em rituais. Segundo o autor, suas folhas são muito utilizadas na medicina popular, no preparo de chás como agentes de cura e para tratar distúrbios gastrointestinais, incluindo úlceras pépticas (CARDOSO, et al. 2020, p. 2).

Ao longo das entrevistas, foi muito relatado o uso da espécie estudada na medicina tradicional da comunidade, sendo citada na cura de vários distúrbios como dor de barriga, dor de cabeça e outros que são exemplificados a partir dos trechos de entrevistas a seguir:

“Ela é boa para dor da barriga, dor infeccionarias, a garganta, pra tudo isso é bom. Fazem defumação também” (E5).

“Ela é boa pra dor de barriga também né? E é abortiva também, já ouvir falar que ela adianta a menstruação também, não sei se isso é verdade porque eu nunca fiz, né?” (E7).

“Olha, a salva do Marajó, o chá da folha dela, é abortivo. Assim como ele é bom para cólicas menstruais, ele também é abortivo” (E1).

“Eu sei que se usa pra fazer chá, pra dor de cabeça, pra botar filho. Eu nunca fiz, mas eu sei que é” (E8).

Nunes et al. (2021), destacam que muitas mulheres utilizam plantas medicinais durante a gravidez para diminuir incômodos como enjoo, problemas digestivos e crises de ansiedade, mas desconhecem alguns efeitos colaterais, provocando algumas vezes, malformação congênita do feto quando as utilizam, sem êxito, como recurso abortivo.

Diniz et al. (2013) afirmam que vários trabalhos científicos têm demonstrado que as plantas medicinais são fontes importantes de agentes terapêuticos para o tratamento de úlceras

gástricas. Os autores também ressaltam que diferentes espécies do gênero *Hyptis* exibiram atividade antiulcerogênica em modelos de úlcera gástrica e na medicina popular, chás feitos com suas folhas são usados como agentes cicatrizantes e para tratar distúrbios gastrointestinais, incluindo úlceras pépticas.

As pessoas que participaram do trabalho enfatizaram a relevância da salva-do-Marajó na elaboração de chás, na alimentação, na preparação de bebidas aromatizantes como licor e batidas, destacando suas propriedades aromáticas que conferem qualidades únicas à bebida. Essa planta é apreciada não apenas pelo seu sabor, mas também por suas conexões culturais e tradicionais dentro da comunidade. Para Bezerra (2020, p. 129), na alimentação, as folhas da salva frescas ou secas são comumente consumidas na forma de chá por decocção e como licor por infusão, preparo similar ao que foi relatado pelas pessoas entrevistadas nesta pesquisa e transcrito a seguir:

“Ela é usada para fazer o licor da salva do Marajó, né? Também tem ela em fusão na cachaça, né?” (E6).

“Eu utilizo para fazer chá, banhos e caipirinha que no caso são os licores caseiros” (E3).

“Ela serve pra chá, até pra fazer um cigarro, a salva-do-Marajó pra uma dor de dente de primeiro quando eu era mais nova. Faziam um cigarro e fumava e deixava a fumaça ali na boca e passa a dor de dente da gente” (E2).

No trabalho de Maciel e Guarim-Neto (2006) em Juruena, foram registradas 87 “espécies” reconhecidas localmente distribuídas em 30 famílias botânicas, onde 57 espécies foram apontadas pelas benzedeiros como medicinais, que também possuíam importância místico-cultural, sendo as famílias Lamiaceae, Rutaceae e Araceae as mais abundantes, utilizadas, sobretudo, para banho com o intuito de afastar espíritos, mal olhado, inveja, dentre outros males.

Bezerra (2020) afirma que por ser uma planta aromática com propriedades místicas, a Salva-do-Marajó é frequentemente utilizada em banhos ritualísticos e aromáticos. Acredita-se que através desses banhos, a planta tem o poder de neutralizar as energias negativas do corpo e purificar a alma, combinando características mágicas e curativas. A autora ressalta que o saber das comunidades tradicionais, assim como suas maneiras específicas de interagir com o meio ambiente, contribui para que as práticas de manejo dos ecossistemas sejam realizadas de maneira equilibrada, promovendo a biodiversidade, o desenvolvimento das espécies e os processos de especiação (BEZERRA, 2020). Os entrevistados também argumentaram sobre o grande poder que a salva-do-Marajó possui para os rituais espirituais, como através de banhos e defumações, ilustradas nos trechos a seguir:

“Eu uso pra defumação também pra afastar olho gordo” (E9).

“Eu utilizo salva do Marajó para fazer defumação na casa” (E6).

Os banhos com folhas de plantas são frequentemente sugeridos por pajés, benzedeiros ou curandeiros como uma forma de eliminar energias negativas. O uso de plantas para benzer crianças, proteger o lar e afastar o mau-olhado é bastante comum, refletindo uma rica tradição cultural. Essa prática é predominantemente realizada por pessoas mais velhas que transmitem seus conhecimentos e rituais às gerações mais novas. Além de suas funções de proteção e purificação, esses banhos muitas vezes são acompanhados de orações e cânticos, fortalecendo a conexão espiritual da comunidade com a natureza e suas crenças. Dessa forma, esta tradição não apenas preserva a sabedoria ancestral, mas também reforça os laços comunitários e a identidade cultural (SENA, *et al*, 2021).

Segundo Bezerra (2020), os banhos são vistos como agentes purificadores, protetores e transformadores, com sua utilização remontando a diferentes culturas ao longo do tempo.

Algumas pessoas acreditam que os banhos espirituais oferecem proteção contra energias negativas e males, como por exemplo: mau-olhado, feitiços negativos, doenças espirituais e influências malignas. Para muitos, os banhos relembram a água recebida durante os seus batismos, o que trazia a segurança na infância contra aqueles males. Os rituais religiosos ainda exercem uma influência significativa na comunidade, conforme relatos coletados. Muitas práticas relacionadas à espiritualidade foram herdadas de seus ancestrais, como é possível visualizar abaixo:

“Eu lembro que a mamãe usava pra defumações, como eu falei na história de espantar olho gordo e trovão” (E9).

Maciel e Guarim-Neto (2006) afirmam que a busca pela cura por meio de rezas e benzeções, provavelmente, cria um vínculo significativo dentro de comunidades, onde pessoas de diferentes regiões passaram a viver e a estabelecer uma conexão mais profunda com os recursos nativos das florestas ao integrarem os saberes que trouxeram de suas áreas de origem. Foi possível entender com as entrevistas que o processo de cura e de benzeção ainda é utilizado e quando não acham esses serviços no quilombo de origem eles procuram outros quilombos.

Logo, é notório que as plantas têm diversas funções místicas para esses grupos e que a espiritualidade das comunidades quilombolas de Salvaterra se revela, em grande medida, através da utilização de recursos vegetais para os desenvolvimentos dessas práticas.

Os entrevistados afirmam que as plantas têm o poder de acalmar os trovões em dia de tempestade. No trabalho de Bezerra (2020, p. 128) realizado na comunidade quilombola de Deus Ajude, o autor afirma que segundo o misticismo local, o cheiro forte exalado pela fumaça dos ramos da salva, quando queimados no fogão de barro, possuem o poder de afastar os raios das tempestades de chuvas. Nesta pesquisa realizada com moradores de Bairro Alto, obteve-se registros que reforçam os relatos encontrados pelo autor citado:

“Quando o trovão estava forte, colocava salva no fogo, botava salva no fogo pra sair a fumaça, né? E o trovão ia embora, né?” (E5).

“Os antigos falavam que a defumação dela era boa pra afastar olho gordo e também pra afastar trovão em dias que chovia e tinha trovão.” (E9).

Os saberes tradicionais vivenciados pela comunidade quilombola de Bairro Alto estão ligados diretamente com o território, pois é neste ambiente que se constroem as práticas de uso dos recursos naturais, relações culturais e os modos de subsistência. Logo, à medida que se restringe o acesso a esse território, os saberes ali presentes sofrem rupturas, haja vista, que nascem do livre trânsito pela terra e das atividades que sustentam a transmissão cultural entre gerações. Com isso, pode-se afirmar que a delimitação territorial não coloca em risco apenas o espaço físico, mas também a preservação e a perpetuação dos conhecimentos tradicionais que dão estruturas à identidade e à organização social do quilombo.

O quilombo Bairro Alto está atualmente cercado por fazendas e pela Embrapa, que muitas vezes bloqueiam o acesso da comunidade a lugares antes utilizados de forma livre, mas que hoje foram transformados em áreas privadas e inacessíveis aos quilombolas. Mesmo cercados pelas propriedades, a comunidade de Bairro Alto e as comunidades agregadas ao longo de todos esses anos enfrentaram muitas dificuldades, principalmente no que se refere ao acesso de algumas áreas. Apesar das opressões que sofreram e sofrem, os moradores conseguem manter, a muito custo, o uso de tais territórios, diante das lutas diárias enfrentadas. As comunidades conseguiram construir escolas, campos de futebol, caixas d'água, centro comunitários, posto de saúde, etc. (LIMA, 2019).

Ao longo das entrevistas, enfaticamente se relatou a questão dos inúmeros impactos ambientais de responsabilidade de uma Instituição Federal, a EMBRAPA, e de outras propriedades privadas citadas, a exemplo da Fazenda Forquilha. Foi ressaltada também a

questão da problemática de animais da instituição citada que invadiam alguns quilombos e acabavam destruindo plantações e dando outros prejuízos. Sobre a fazenda, relatos de que o proprietário derrubou uma grande área para fazer plantações e isso acabou fazendo com que espécies de plantas que ocorriam nesse local não fossem mais encontradas, conforme observamos em trechos de depoimentos transcritos a seguir:

“Eu acredito que sim, porque antes a gente tinha plantas que davam aqui pela área da Embrapa que hoje não dá mais, devido os animais comerem e até mesmo a derruba das áreas” (E4).

“Com certeza, essas ações prejudicam demais as nossas florestas, né? Não só elas como os animais que não vão ter onde ficar e nem o que comer. Aqui a gente tem a Forquilha e agora esse outro senhor que tombou grande parte pra plantar açaí, isso faz com que a gente nem faça mais alguns remédios porque antes a gente pegava plantas que só dão nessas partes que foram derrubadas como era o caso do caimbé o barbatimão que dava lá pra forquilha” (E7).

“Sim, porque olha aqui tem a Forquilha, tem o senhor né, que desmatou bem aqui próximo pra plantar açaí, né? Com consequências temos muito calor hoje em dia, aí a gente não tem árvores pra fazer essa ventilação, né? E também aonde eram as renascentes de água, né? Elas foram acabando, aqui nós tínhamos a tororomba [Tororomba: um pequeno igarapé, onde se tem uma ponte por cima do mesmo usada para encurtar caminho entre as comunidades de Bairro Alto e Marinquara]” (E6).

Logo, isso afeta diretamente as nossas vidas no que se refere aos nossos territórios, alimentação e a saúde, pois ao sermos impedidos de acessarmos lugares como lagos, rios, matas e mangue, não poderemos realizar nossas atividades extrativistas, das quais muitas famílias tiram os seus sustentos. Portanto o uso do território de forma autônoma representa o sentido real da vida em liberdade (RIVEIRA, 2017). Sabe-se que com o aumento das áreas rurais, houve um “controle” nos territórios por meio de cercas e restrições de acesso, o que pode ser entendido como uma estratégia de enfraquecimento das comunidades quilombolas, visto que as mesmas dependem na sua maioria do uso comum da terra e do extrativismo local (BEZERRA, 2020, p. 21).

Nos relatos, os idosos citaram que ficaram insatisfeitos com fazendeiros que possuem suas propriedades perto dos quilombos, devido às ações antrópicas influenciarem no que se refere à destruição de áreas específicas, onde antes podiam achar plantas medicinais e hoje não encontram mais, como é possível ver no trecho relatado:

Olha aqui está acontecendo ali na fazenda Forquilha né? Que é nossa vizinha e com esse desmatamento muitas coisas foram perdidas como o caimbé que é bom pra gastrite, o barbatimão é bom pra muitas doenças e vários tipos de plantas que a gente tem lá que servem pra muitos remédios, aí com o desmatamento foi acabando (E1).

Cabe ressaltar que os territórios quilombolas são locais ricos em diversidade biológica e cultural, responsáveis por guardar conhecimentos valiosos deixados por seus antepassados, muitos desses conhecimentos estão voltados para a utilização de plantas para tratamentos e rituais espirituais. Além disso, são áreas que ocorrem a salvaguarda dos saberes tradicionais, importantes para a manutenção das identidades culturais e para a perpetuação dessas comunidades. Porém, à medida que esses territórios são perdidos em meios aos conflitos enfrentados principalmente com fazendeiros e grileiros, acaba afetando a identidade cultural tradicional de um povo. Logo, valorizar e respeitar esses saberes tradicionais é preservar espécies animais e vegetais, assim também como suas práticas e modos de vida quilombolas que são desenvolvidos dentro de seus territórios.

Neste sentido, a etnoconservação é um fator muito importante dentro das comunidades tradicionais, pois refere-se à preservação e à valorização desses saberes, assim como dos modos de vida de comunidades que mantêm suas culturas ancestrais e sabedorias acumuladas ao longo

das gerações (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2012). Além disso, a etnoconservação atua como um meio de resistência cultural, garantindo que as vozes e as experiências dessas comunidades não sejam silenciadas. A valorização desses saberes é, portanto, um ato de justiça social e ambiental fundamental para um futuro mais inclusivo e respeitoso com as diversas formas de vida e conhecimentos.

Além do mais, a preservação da memória coletiva e a luta por direitos territoriais são essenciais para a identidade e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades. Assim como, a construção de espaços físicos que promovam e incentivem a sociabilidade entre os membros pode ajudar na transmissão das memórias individuais e coletivas, ao mesmo tempo em que fortalece a identidade de um povo em seu território específico (RIBEIRO, et al. 2024).

Ao longo das entrevistas foi feita a seguinte pergunta: É possível encontrar a Salva-do-Marajó no quilombo? E 9 entrevistados responderam que não e apenas 1 pessoa respondeu que uma vez conseguiu encontrar a planta em uma área descampada próximo da sua casa. Os entrevistados também afirmaram ao serem questionados o porquê não era possível encontrar a Salva-do-Marajó no quilombo, que não era possível encontrar pelo fato de a espécie ser de áreas abertas o que eles entendem como campo. Citaram algumas comunidades vizinhas nas quais a espécie pode ser encontrada.

Santos (2017, p. 1) afirma que a salva-do-Marajó é encontrada no estuário do rio Amazonas, arquipélago do Marajó, estados do Pará e Amapá, ocorrendo em campos naturais de solo arenoso. Logo, isso pode ser um fator que explica a existência em massa da planta nas comunidades quilombolas de Mangueiras e Salva citadas pelos entrevistados. Essa relação entre o ambiente e a planta é crucial para a existência da mesma, pois em Bairro Alto não há regiões de campos naturais com solo arenoso. Mencionaram ainda que a grande quantidade de Salva-do-Marajó na Comunidade de Salva, pode ter originado o nome da comunidade, os trechos abaixo mostram relatos de onde pode-se encontrar a planta e em qual ambiente.

“A Salva-do-Marajó ela é encontrada ali para as bandas do Nascimento, e ela dá assim no campo né, não importa que seja úmido. Porque uma vez aqui no campo nós achamos, mas só que ela desapareceu né, mas pra lá dá muito (Nascimento), lá pro Ajude, ali pra Mangueiras né” (E3).

“Ela é nativa mesmo da região dos campos, na região assim muito seca, ela não se dá. Ela é encontrada no Rosário e nas demais que ficam ao redor, nessas comunidades ao redor que ficam um pouco distante daqui. Com Mangueira, Salva que lá é campo propriamente dito e lá você encontra” (E10).

“Ela dá mais em áreas de campo, onde ela dá bem é em Mangueira e no Salva. Eu acho que por ter muito no Salva que a comunidade recebeu esse nome, né?” (E9).

Através das respostas obtidas sobre a ausência da planta no quilombo, chegamos ao seguinte questionamento: Como é possível ter tantos conhecimentos sobre uma planta que não existe dentro da comunidade? As respostas foram quase as mesmas para todos os entrevistados, sendo esses conhecimentos repassados de geração a geração e também em conversas com amigos de outras comunidades na qual a planta pode ser encontrada. Os relatos a seguir demonstram essas formas de transmissão do conhecimento associado:

“Eu aprendi com a mamãe, mas também com amigos. Porque quando a gente é novo anda muito né? E eu anda lá pela banda de Mangueira e lá eles falavam sobre a salva do Marajó, eu lembro que uma vez tomei lá uma batida de salva” (E9).

“Aprendi muita coisa com a minha mãe que era pajé, e com amigos e familiares” (E5).

“Eu aprendi no tempo dos mais velhos, que era da minha avó né que era mais velha, as vezes ela dizia. Tem uns que fica na minha cabeça, esse da salva eu gravei que sempre a gente vinha fazendo, agora os outros eu não sei mais” (E2).

“Olha, às vezes a gente conversando com pessoas das comunidades onde ela existe eles dizem, só que nem todas as coisas que a gente ouve, a gente mentaliza, quer dizer,

guarda na mente pra poder usar, mas muitas coisas a gente usa. Como a gente usa ela pra dores, até pra diabete se não me falhe a memória” (E10).

A compreensão das redes de transmissão do conhecimento é muito importante, pois essa transmissão não se limita ao território, mas envolve também a dinâmica das relações de poder e a forma como as informações circulam entre os indivíduos e grupos. Para Medeiros e Albuquerque (2012, p. 61-62): a transmissão de conhecimentos é qualquer processo pelo qual o conhecimento, saberes e comportamentos são transmitidos em um grupo social, a partir da interação entre pares, ou destes com os produtos desta interação. Albuquerque (2013), enfatiza que o conhecimento pode ser culturalmente transferido: a) dos pais aos filhos (tipo vertical); b) entre indivíduos da mesma geração (tipo horizontal); e c) entre gerações, mas apenas quando jovens copiam adultos que não são seus pais (tipo oblíqua).

Um ponto crucial nesse processo é o trânsito entre diferentes comunidades, que permite a circulação de práticas culturais, técnicas e saberes de um lugar para outro. Os membros familiares atuam como pontes, facilitando a diversificação de conhecimentos e saberes locais, o que aumenta e fortalece a diversidade cultural. Dessa forma, as redes de conhecimento são mais do que apenas canais de transmissão, elas são também espaços de troca e de construção de identidade entre comunidades.

Ao lançar a seguinte pergunta aos entrevistados: Você acha que esses conhecimentos estão sendo repassados para as pessoas mais novas? A resposta obtida foi a mesma para todos, pois afirmaram que em sua percepção os conhecimentos não estavam sendo repassados e isso os preocupava pelo fato de acharem que ao longo do tempo muitos saberes vão se perder, devido à falta de interesse por parte das novas gerações e a pouca valorização, das pessoas mais experientes da comunidade, tão importantes para a transmissão de saberes e produção de conhecimentos. Como é possível visualizar em alguns trechos retirados das entrevistas:

“Não. Olha, eu já estou conversando aqui com meus filhos, minhas netas, quando chego com criança doente aqui, e vocês precisam saber, vocês estão pisando em cima das plantas e vocês não sabem nem o nome, não conhecem, como é que vai dar continuidade no tratamento, né? Tantas plantas que tem aqui são boas para muita coisa que podia ser suavizada aqui. Eles não estão fazendo uso e nem fazendo questão de aprender. Porque, por exemplo, eu já estou nessa idade. Se fossem boas pessoas interessadas, nós chegávamos lá e falávamos assim, olha, a senhora já está nessa idade, e a senhora já serviu tanto, conhece muito remédio. Eu vim aqui fazer para a senhora me ensinar a dar o nome de umas plantas que sejam boas para determinada doença” (E1).

“Olha, meu filho. A gente ver que alguns são repassados, mas outros nem tanto, né? Por exemplo, hoje aqui no bairro alto a gente não tem um pajé, a que a gente tinha Deus precisou dela. A gente tem a Professora Conceição que ainda benze, mas só benze crianças então todo esse conhecimento vai se perdendo, né? Nossos jovens não querem saber não sei se eles têm vergonha ou se é outras coisas” (E9).

“Olha, eu acho que não. Hoje em dia a juventude prefere mais ir numa farmácia do que ir conversar com uma pessoa mais velha e pergunta sobre um remédio pra uma dor de barriga ou pra outras dores. Isso faz com que esses conhecimentos não sejam passados em frente” (E4).

“Olha, tem aqueles jovens que buscam esses conhecimentos, mas não são muitos, né? Muitos tem vergonha ou preguiça às vezes de buscarem por remédios caseiros, preferem ir numa farmácia compra. A gente já não se ver mais eles fazerem remédios, banhos que são ensinados pelos mais velhos ou pelos pajés. Tem jovens que até trazem o dom, né, de ser pajé, mas não querem e isso faz com que tudo isso vá acabando” (E7).

Por esses conhecimentos não serem repassados para as pessoas mais novas da comunidade, isso faz com que o quilombo tenha alguns saberes tradicionais e culturais perdidos ou esquecidos. Para Eloy *et al.* (2014, p.2): as comunidades, que se utilizam do conhecimento

tradicional, desempenham um papel fundamental para a conservação da biodiversidade, uma vez que vários desses recursos têm-se mantido até os dias de hoje, devido às práticas sustentáveis que elas empregam. Preservar esses conhecimentos é essencial não apenas para as comunidades, mas para a sociedade como um todo, contribuindo para um mundo mais sustentável e diversificado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada na comunidade quilombola de Bairro Alto destaca a riqueza e a complexidade dos saberes tradicionais relacionados à *Hyptis crenata Pohl ex Benth* (Salva-do-Marajó). Os idosos entrevistados, em sua maioria mulheres, foram fundamentais para relatar o uso medicinal e ritualístico dessa planta, revelando sua importância não apenas para a saúde, mas também para a identidade cultural da comunidade.

Logo, é indiscutível que Salva-do-Marajó trouxe e traz muitos benefícios para a comunidade quilombola de Bairro Alto no que se refere à cura de enfermidades, em tratamentos espirituais, na degustação de bebidas, entre outros usos citados. E, embora a mesma seja escassa na região atualmente, é um símbolo do conhecimento ancestral que mesmo em sua ausência, ainda persiste nas histórias e memórias dos mais velhos. No entanto, estas práticas e saberes tão importantes para a comunidade podem se perder.

De fato, essa transmissão de saberes, enfrenta desafios significativos, especialmente com a percepção de que os jovens não estão se engajando na aprendizagem dessas práticas. Logo, isso pode resultar na perda de conhecimentos valiosos, já que muitas práticas e tradições são transmitidas oralmente e dependem da participação ativa dos mais jovens no diálogo com seus pais mais experientes. Além disso, a desconexão dos membros mais novos da comunidade com esses saberes pode enfraquecer a identidade cultural e a coesão comunitária, levando a um aumento da alienação e a um sentimento de desvalorização da própria cultura.

Ademais, os impactos ambientais provocados pela agricultura e pela expansão das propriedades privadas, como a EMBRAPA e a Fazenda Forquilha, agravam ainda mais a situação, ameaçando não só a biodiversidade, como também a continuidade das tradições. As dificuldades de acesso aos recursos naturais essenciais para a subsistência e para a manutenção das práticas culturais refletem uma luta mais ampla pela preservação da identidade quilombola e pela valorização dos saberes tradicionais.

Sendo assim, é mais que visível a ameaça que territórios quilombolas sofrem com a presença de instituições privadas e até públicas. As instalações dessas áreas próximas de quilombos, causa impactos ambientais e sociais imensos, dificultando o acesso a recursos naturais essenciais para a sobrevivência dessas comunidades. Além disso, essa prática desrespeita direitos garantidos por lei. Os territórios quilombolas são espaços de identidade, memória e resistência, ao violar direitos seus é apoiar a extinção cultural desses povos.

Diante disso, pode-se dizer que os conhecimentos tradicionais desencadeiam um papel muito importante na compreensão de culturas populares, na saúde e até mesmo no desenvolvimento de trabalhos científicos. A integração desses saberes, que foram moldados ao longo de gerações, pode proporcionar um rico incentivo às práticas de desenvolvimento, promovendo uma abordagem mais vasta e respeitosa com a diversidade cultural e ambiental. Logo, essas experiências acumuladas há anos não podem ser perdas, pois são fundamentais para muitos fatores dentro da modernidade atual.

Com a realização do trabalho foi possível analisar que as comunidades quilombolas ainda não possuem os seus direitos de terras respeitados, pois isso se faz necessário a criação de mais políticas públicas para que as comunidades tradicionais tenham os seus territórios mais respeitados e seus saberes perdurados, pois os impactos ambientais prejudicam diretamente terras quilombolas.

Em suma, a pesquisa ressalta a necessidade urgente de valorizar e proteger os conhecimentos tradicionais, promovendo a etnoconservação como um caminho não só para a preservação cultural, mas também para a sustentabilidade ambiental. O futuro da comunidade quilombola de Bairro Alto depende, em grande parte, do reconhecimento e da valorização dessas práticas e da integração dos jovens nesse processo de continuidade e resistência cultural, dando prosseguimento aos saberes tradicionais que foram moldados por muitos anos e urgem serem compartilhados com as novas gerações.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P. **Etnobiologia: bases ecológicas e evolutivas**. Recife, PE: NUPEEA, 2013. 166 p.: 23 cm.

ALMEIDA, A.W.B. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: **Quilombos: identidade étnica e territorialidade** / Eliane Cantarino O'Dwyer, organizadora. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. pp.45-81.

BARRETO, A. M. **Detenção agrária de terras públicas: Implicações jurídicas na regularização fundiária**. Universidade Federal do Pará - Programa de Pós-graduação em Direito. 2011.

BEZERRA, Sueyla Malcher. **Agrobiodiversidade e conhecimentos locais das plantas alimentícias no quilombo de Deus Ajude, Arquipélago do Marajó** – Pará. 2020. 108 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará. Disponível no repositório institucional da UFPA: Repositório da UFPA – RIUFPA.

BRASIL. **Decreto nº. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007.

BRASIL. **Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 15. ago. 2015.

BURTET, G; FONTANELA, C; MAROCCO; A. A. L. A Proteção dos Conhecimentos Tradicionais: Uma abordagem a partir da Agenda 2030 da ONU. **Revista Grifos**, v. 31, n. 55, p. 141-156, 2022.

CARDOSO, Raiane Vieira, et al. Efeito da Extração Assistida por Ultrassom nos Teores de Compostos Fenólicos e Atividade Antioxidante de Extratos de Folha e Flor de Salva-do-Marajó (*Hyptis Crenata* Pohl Ex Benth.). **Brazilian Journal of Development** 6.8, 2020.

CORRÊA, P. **Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas**. Rio de Janeiro: IBDF, 1984. v. 6, 24 p.

DIEGUES, A. C. A. **Construção da etno-conservação no Brasil: o desafio de novos conhecimentos e novas práticas para a conservação**. São Paulo: NUPAUB, s/d, 2010.

DINIZ, Lúcio Ricardo Leite *et al.* Efeitos gastroprotetores do óleo essencial de *Hyptis crenata* Pohl ex Benth. em modelos de úlcera gástrica. **Jornal de Etnofarmacologia**, v. 149, n. 3, p. 694-700, 2013.

ELOY, Christinne Costa, *et al.* **Apropriação e proteção dos conhecimentos tradicionais no Brasil: a conservação da biodiversidade e os direitos das populações tradicionais.** **Gaia Scientia** 8.2, 189-198, 2014.

GONÇALVES, Fabiane Nunes. **Instrumentos de educação ambiental em ambientes marinho-costeiros: aplicação na área de abrangência da Colônia de Pescadores Z-33, Balneário Rincão, extremo sul da APA da Baleia Franca, SC. 2019.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesc.net/handle/1/7458>. Acesso em: 28 nov. 2025.

GUEDES, A. C. B; SALGADO, M. S. Mulheres quilombolas: protagonismo, identidade, território e territorialidade das mulheres negras em São Miguel do Guamá/Pará. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 14, n. 28, p. 328-354, 2020.

LIMA, Mayara Gonçalves. **Narrativas cosmológicas registradas na mata do Bacurizal no quilombo Bairro Alto, Salvaterra (PA).** Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, UFPA, 2019. 107 f. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13623>.

LIMA, M. G; STEWARD, A. M. Dos bacurizais às roças: ocupação e uso dos espaços no território do quilombo Bairro Alto, Salvaterra, Pará. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, v. 3, n. 1, p. 15–45, mar. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revpgdr/about>. Acesso em: 26 de maio de 2025.

MACIEL, M. R. A.; GUARIM-NETO, G. (2006). Um olhar sobre as benzedeadas de Juruema (Mato Grosso, Brasil) e as plantas usadas para benzer e curar. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 1, n. 3, p. 61-77.

MEDEIROS, M. F. T; ALBUQUERQUE, U. P. **Dicionário Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia** / Maria Franco Trindade Medeiros, Ulysses Paulino de Albuquerque – Recife: Nupeea, 2012.

NEVES, R. L. P; Lameira, O. A; Assis, R. M. A; Portal, R, K. V. P. (2014). Avaliação Fenológica da espécie *Hyptis crenata* POHLEX BENTH. Embrapa. *In: Congresso Brasileiro de Recursos Genéticos*, Santos, Brazil (21 November 2014). 2014. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/994718>. Acesso em: 28 de maio de 2025.

NUNES, A. M. M; Silva, V. A. O uso de plantas abortivas no Nordeste Brasileiro: uma revisão. **Ethnoscientia** v.6 n. 2, especial, 2021. DOI: 10.22276/ethnoscientia. v 6 i 2.370.

OLIVEIRA, F. S. (2022). **Uso de plantas medicinais na comunidade quilombola de São Benedito da Ponta, Ilha do Marajó/Pá.** Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/4487b49b-0844-4c10-bf2f-bd212dd9c8a4/content>. Acesso em: 26 set. 2024.

PORTELA, E. N; SILVA, M. D; SILVA, A. C. F; BRUNO, S. M. S. (2021). O preconceito e a intolerância enfrentados pelas religiões afro-brasileiras umbanda e candomblé: uma abordagem transversal e multidisciplinar. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, 12(43), 15-30.

POSSEL. R. D. (2019). **Atividade inseticida e repelente de plantas do cerrado no controle alternativo do mosquito *Aedes aegypti***. / Richard Dias Possel-Gurupi - TO 2019. Disponível em: [https://umbu.uft.edu.br/bitstream/11612/1280/1/Richard Dias Possel - Dissertação.pdf](https://umbu.uft.edu.br/bitstream/11612/1280/1/Richard%20Dias%20Possel%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 3 de nov. 2024.

RIBEIRO, Lucas Ítalo Silva; Vargas, Romão Emanuel de Souza; Lima, Fabíolla Xavier Rocha Ferreira. Território e memória coletiva: uma reflexão sobre o caso da comunidade quilombola do Cedro em Mineiros/GO. **Anais do XII Encontro de Sustentabilidade em Projeto**, UFSC, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/256843>. Acesso em: 3 de junh. 2025.

RIVERA, R. **Trajetórias das Práticas Alimentares na Comunidade Quilombola de Bairro Alto, Ilha do Marajó, Salvaterra – Pará**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Oriental, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2017.

SANTOS, J. M. dos. Herbário MFS. **Salva-do-Marajó (*Hyptis crenata*)**. Disponível em: <https://herbariomfs.uepa.br/colecao-biocultural/salva-do-marajo-exsicata/>. Acesso em: 01 nov.2024. Salvaterra-Pá, 2017.

SENA, Regian Ferreira, *et al.* Uso da fauna e flora por comunidades quilombolas do arquipélago do Marajó, Pará. **Ethnoscintia-Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology**, p.98-115, 2021.